

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.019 - SP (2019/0300849-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DANIELA SINGER CARNEIRO DE ALBUQUERQUE
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDUARDO CICERO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDUARDO CICERO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0007058-65.2018.8.26.0635).

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, à pena de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 14 dias-multa (e-STJ- fls. 11/26).

Interposta apelação, o Tribunal local negou provimento ao recurso defensivo e deu parcial provimento ao reclamo ministerial para aumentar a pena para 12 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão, em regime fechado e fixar o pagamento de 30 dias-multa. Segue a ementa do acórdão (e-STJ fls. 30/39):

ROUBO CIRCUNSTANCIADO. Recursos bilaterais. Pedido de liberdade provisória de RICARDO que, a esta altura, está prejudicado pelo julgamento desse Colegiado.

DEFENSIVO. Absolvição. Impossibilidade. Autoria e materialidade bem delineadas. RICARDO. Tentativa. Não ocorrência. Inversão da posse, ainda que de forma efêmera. Inteligência da Súmula/STJ, nº 582. Manutenção da causa de aumento do concurso de agentes. Inaplicabilidade da benesse do CP, art. 44. Benefícios da justiça gratuita já concedidos na Origem. Ausência de sucumbência.

MINISTERIAL. Elevação das iniciais. Dolo exacerbado. Vítima agredida. Majorante do emprego de arma de fogo. Viabilidade. Não apreensão irrelevante. Penas exasperadas. Regime fechado

Superior Tribunal de Justiça

preservado, consentâneo às peculiaridades, observando-se, quanto a RICARDO o direito de aguardar em regime semiaberto o julgamento definitivo do HC nº 112.279/SP, conforme decisão proferida pelo STJ.

DETRAÇÃO PENAL. Análise prejudicada, pelo não cumprimento do lapso necessário (requisito objetivo). Mesmo que assim não fosse, dependeria também de bom comportamento carcerário (subjetivo), inaférvel em âmbito de apelação criminal, sob pena de supressão da instância, ofensa ao duplo grau de jurisdição e ao princípio do juiz natural.

PROVIMENTO SOMENTE AO MINISTERIAL.

Foram, ainda, opostos embargos de declaração, que acabaram rejeitados (e-STJ fls. 44/48).

No presente *writ* (e-STJ fls. 3/7), a impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em razão da aplicação de causas de aumento do crime de roubo de forma sucessiva, contrariando o disposto no art. 68, parágrafo único, do Código Penal. Argumenta que o referido artigo estabelece que, no concurso de causas de aumento ou diminuição da pena previstas na parte especial, o juiz pode limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua. Dessa forma, no caso dos autos, diante do concurso de causas de aumento - concurso de agente e emprego de arma -, apenas uma única majorante deveria ter sido aplicada e não ambas de forma sucessiva.

Assim, requer, na liminar e no mérito, a aplicação da regra prevista no art. 68, parágrafo único, do Código Penal e, em consequência, o redimensionamento da pena.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária,

Superior Tribunal de Justiça

não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator